No dia 29 de agosto de 2011, na sala de reuniões do andar térreo do Edifício Marie Prendi Cruz, sito à SEPN 505 Lote 02 Bloco B, em Brasília-DF, foi realizada a 45ª Reunião Ordinária da Comissão 2 3 Nacional de Biodiversidade, CONABIO. Estavam presentes os seguintes membros da Comissão: o Sr. Braulio Dias (Presidente), Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio 4 5 Ambiente; a Sra. Daniela América Suarez de Oliveira (titular), representante do Ministério do 6 Meio Ambiente – MMA; o Sr. Paulino Franco (Titular), representante do Ministério das Relações 7 Exteriores; o Sr. Kleber Santos (titular) representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e 8 Abastecimento - MAPA; o Sr. Marco Aurélio Pavarino, representante do Ministério do 9 Desenvolvimento Agrário - MDA; o Sr. David Conway Oren (suplente), representante do 10 Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT; a Sra. Márcia Chame dos Santos (titular) e a Sra. 11 Thenile do Carmo, representantes do Ministério da Saúde - MS; o Sr. João Carlos Nedel 12 (titular), representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais 13 Renováveis - IBAMA; o Sr. Ângelo Ramalho (suplente), representante do Ministério da Pesca e 14 Aquicultura – MPA; a Sra. Daniela Cruz de Carvalho (suplente) representante do Ministério da 15 Integração Nacional; o Sr. João Batista Campos (suplente), representante da ABEMA; Sr. Nélson 16 Ananias Filho (titular), representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; 17 a Sra. Elisa Romano Dezolt (suplente), representante da Confederação Nacional da Indústria – 18 CNI; o Sr. Aladim de Alfaia Gomes (suplente), representante do Movimento Nacional dos 19 Pescadores - MONAPE; a Sra. Ana Maria Giulietti (suplente), representante da Academia 20 Brasileira de Ciências - ABC; o Sr. Miguel Rodrigues (suplente), representante da Sociedade 21 Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC; o Sr. Alberto Marques Santos, representante da 22 Confederação Nacional dos Trabalhadores na agricultura - CONTAG;Os seguintes convidados 23 estiveram presentes: a Sra. Carla Lemos e a Sra. Marina Amaral da Secretaria de Biodiversidade 24 e Floresta - MMA, a Sra. Patrícia Medeiros do Ministério da Defesa - MD. Também estavam 25 presentes as Sras. Glaucia Zerbini e Verônica da Secretaria Executiva da CONABIO. A pauta da 26 reunião compreendeu os seguintes itens: 1. ABERTURA; 2. APROVAÇÃO DA PAUTA; 3. 27 APROVAÇÃO DA ATA DA 44ª Reunião Ordinária da CONABIO; 4. ASSUNTOS PARA 28 DELIBERAÇÃO; 4.1. Minuta de Moção sobre o Código Florestal; 4.2. Revisão da Composição da 29 CONABIO; 5. INFORMES; 5.1. Primeira Reunião do Comitê Intergovernamental para o Protocolo 30 de Nagoya sobre ABS, realizada de 6 a 10 de junho de 2011 em Montreal/Canadá; 5.2. Preparativos 31 para a Primeira Reunião Plenária da Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e 32 Serviços dos Ecossistemas (IPBES), a ser realizada de 3 a 7 outubro de 2011, em Nairóbi/Quênia; 33 5.3. Seminário Regional sobre Biodiversidade Amazônica: Reunião Regional da Organização do

Tratado de Cooperação Amazônica - OTCA sobre as Temáticas de Conservação, Proteção e

34

35 Aproveitamento Sustentável dos Recursos Naturais Renováveis, realizado nos dias 11 e 12 de julho 36 de 2011, em Quito/Equador; 5.4. Seminário Regional para a América do Sul sobre Atualização e 37 Revisão das Estratégias e Planos de Ação Nacionais de Biodiversidade, realizado pelo Secretariado 38 da CDB, no período de 13 a 15 de julho de 2011, em Quito/Equador; 5.5. Reunião de consulta ao 39 setor privado no âmbito da iniciativa "Diálogos sobre Biodiversidade: construindo a estratégia 40 brasileira para 2020", realizada nos dias 3 e 4 de agosto, em Brasília/DF; 5.6. A integração da 41 biodiversidade em diversos setores: o papel do PROBIO II em promover a tranversalização desta 42 temática por meio de políticas públicas; 6. OUTROS ASSUNTOS; 7. ENCERRAMENTO. O Sr. 43 Braulio Dias iniciou a reunião às 10 horas, saudou os membros presentes, e colocou a pauta em 44 votação, que foi aprovada com a inclusão de um informe do MMA sobre a internalização das metas 45 de Nagoya. Passou para o item 4.1 para deliberar sobre a minuta de moção do Código Florestal e sugeriu que fosse discutido cada parágrafo. Após sugestões apresentadas pelos Srs. Braulio Dias, 46 47 Nelson Ananias, Ângelo Ramalho e Sra. Elisa Romano foram aprovadas a junção dos dois primeiros parágrafos dos "considerandos" e a exclusão do sétimo parágrafo. O Sr. Ângelo Ramalho 48 49 sugeriu que o oitavo parágrafo fosse mais genérico e o nono suprimido. A Sra. Márcia Chame 50 lembrou que na reunião anterior foi acordado, por solicitação dos Membros, que todas as 51 considerações fossem específicas e baseadas em fatos científicos. Opinou que o corte do texto 52 tornaria o documento muito amplo. O Sr. Braulio Dias propôs retirar somente os exemplos. O 53 oitavo parágrafo foi aprovado com a inclusão da palavra "dispersão" antes da palavra doenças e 54 finalização em "vetores e patógenos. Em seguida, decidiu-se pela exclusão do nono parágrafo. 55 Com relação ao último parágrafo dos considerandos, o Sr. Ângelo Ramalho propôs a inclusão de 56 "anseios da sociedade" antes de "as melhores evidências científicas disponíveis". O Sr. Braulio 57 Dias passou para a análise dos parágrafos das recomendações. Após discussão e sugestões 58 apresentadas pelos Srs. Ângelo Ramalho, Paulino Franco, David Oren, Marco Pavarino, Elisa 59 Romano, Nelson Ananias, Miguel Rodrigues, João Batista Campos e Braulio Dias com relação 60 ao parágrafo "a", foi aprovada a proposta que inclui ""anseios da sociedade" antes de " a melhor ciência disponível" e "resultem" antes de "em uma formulação. Com relação ao parágrafo "b", por 61 62 sugestão da Sra. Márcia Chame, foi incluído depois de "patrimônio genético do País": "da emergência e dispersão de doenças"; por sugestão do Srs. Marco Pavarino, Kleber Santos, 63 64 Ângelo Ramalho, Patrícia Medeiros foi incluído após "Código Florestal não se": "amplie a permissão da supressão de vegetação e degradação das Áreas de Preservação Permanente e da 65 66 Reserva Legal considerando os casos já previstos na legislação atual". Os parágrafos "c" e "d" foram aprovados sem alterações. No parágrafo "e", o Sr Marco Pavarino solicitou a correção da 67 68 palavra "proteção" por "preservação", e o Sr Nelson Ananias sugeriu a exclusão do texto " como o

69 que causou quase mil mortes no Estado de Rio de Janeiro no início de 2011". O Sr. Braulio Dias 70 seguiu para a discussão do parágrafo "f". O Sr. Marco Pavarino apresentou nova sugestão de texto: 71 "Sejam estabelecidas regras diferenciadas aos agricultores familiares, povos e comunidades 72 tradicionais, bem como o apoio dos governos para reconstruir suas Áreas da Preservação 73 Permanente e Reservas Legais". O Sr. Nelson Ananias e a Sra. Elisa Romano opinaram pela 74 manutenção do termo "pequenos proprietários". O Sr. Aladim Gomes sugeriu considerar o apoio e o incentivo governamental aos pequenos proprietários e agricultores. O Sr. Ângelo Ramalho 75 76 sugeriu incluir incentivos fiscais. O Sr. Nelson Ananias sugeriu incluir a palavra incentivo após 77 "apoio". O Sr David Oren sugeriu trocar a palavra reconstruir por reconstituir. O Sr. Braulio Dias 78 disse que o termo recuperar seria mais adequado. Apos discussões e sugestões, o parágrafo "f" 79 aprovado foi: "Sejam estabelecidas regras diferenciadas, apoio e incentivo governamental às 80 pequenas propriedades, aos agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais para 81 recuperação de suas Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais". O Sr Braulio Dias 82 passou para o parágrafo "g". Os Srs. Ângelo Ramalho, Nelson Ananias propuseram a supressão do 83 paragrafo. O Sr. João Batista opinou pela manutenção do parágrafo e sugeriu acrescentar " com vistas a sua proteção" O Sr. Braulio Dias colocou em votação as duas propostas, a primeira de 84 85 supressão do parágrafo e a segunda de manutenção do parágrafo com a correção para "Àrea de 86 Preservação Permanente" e substituição de "diferenciado" por "com vistas a sua proteção". A 87 segunda proposta foi aprovada com dez votos favoráveis e quatro votos contrários do MPA, CNA, 88 MDA e MPA. O Sr. Braulio Dias passou a discussão para o parágrafo final. Por sugestão do Sr. 89 Nelson Ananias e da Sra. Márcia Chame foi aprovada a inclusão um novo parágrafo "h": "seja 90 implantada uma politica de pagamentos por serviços ambientais que incentive a conservação da 91 biodiversidade". Em seguida, por sugestão do Sr. Marco Pavarino, foi aprovada por unanimidade a 92 supressão do último parágrafo da Moção. O Sr. Braulio Dias seguiu para o item 4.2 Revisão da 93 Composição da CONABIO. Explicou que a intenção foi de resgatar uma questão discutida na 94 CONABIO e acrescentar novas informações. Lembrou que a algum tempo atrás foi discutida e 95 acordada a ampliação da composição da Comissão. Esclareceu que, por questões operacionais 96 dentro do MMA, com em relação a CONJUR, isso não foi encaminhado à Presidência para a 97 alteração no decreto de criação da CONABIO. A proposta aprovada era incluir o MD, o ICMBio, a 98 ANAMA, a SBB, a SBZ e SBM. Explicou que o assunto foi retomado nessa Reunião com vistas ao 99 encaminhamento da proposta à Presidência. Citou, com o intuito de abrir espaço nessa discussão, o 100 processo "Diálogos sobre a Biodiversidade" que visa internalizar os resultados da COP 10 em 101 Nagoya, em particular o Plano Estratégico aprovado pela Convenção para o período 2011 a 2020. 102 Lembrou que a decisão aprovou 20 metas globais de biodiversidade. Explicou que são esperados

103 três produtos, como resultado dos Diálogos sobre a Biodiversidade, a serem alcançados para a 104 Rio+20: o primeiro é o processo de consulta com a identificação de eventuais ajustes necessários às 105 metas; o segundo seria um plano de ação em que se possa mapear o que já está em curso e que seria 106 necessário agregar de ações para promover a implementação dessas metas no Brasil; e o terceiro 107 seria estabelecer um marco legal que internalizasse essas metas de Nagoya e estabelecesse um 108 processo formal de coordenação e indicadores para que seja realizado o acompanhamento. Espera-109 se que isso possa resultar em uma proposta a ser colocada em Consulta Pública e depois possa ser 110 formalmente adotado no Brasil. Informou que foi realizada uma reunião na Secretaria Executiva 111 Ministério do Meio Ambiente com vários outros ministérios para discutir a ideia de um Projeto de 112 Lei, que estabeleça, de forma semelhante ao que foi feito na área de clima, em que existe uma lei que aprovou o Plano Clima, um Plano de Biodiversidade. Disse que todos os ministérios 113 114 consultados foram favoráveis a uma iniciativa desse tipo. Compartilhou com os membros da 115 CONABIO o texto distribuído na reunião. Explicou que o texto não foi negociado, mas que houve 116 discussão de que talvez não seja necessário um Projeto de lei, mas um decreto presidencial. 117 Chamou a atenção de que no Plano Clima foram criadas e fortalecidas duas instâncias, um Comitê 118 Técnico Nacional Deliberativo e um Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Desta forma, citou 119 que esse marco legal também poderia ter essas duas instâncias: um colegiado que pudesse tomar 120 decisões, acompanhar a implementação dessa política e de suas metas e um fórum permanente de 121 consulta e discussão junto a sociedade. Concluiu que como já temos a CONABIO, não faria sentido 122 propormos a criação de uma nova Comissão Nacional de Biodiversidade. Esclareceu que a ideia 123 seria utilizar a CONABIO para internalizar as metas de Nagoya e que isso significaria a necessidade 124 de alteração nas competências e composição da CONABIO. Em seguida, colocou a idéia em 125 discussão. A Sra. Patricia Medeiros reiterou o interesse do MD em participar da composição da 126 Comissão. O Sr. Braulio Dias ressaltou que essa questão já estava aprovada e consultou a opinião 127 dos membros sobre amadurecer a discussão do Projeto de Lei ou resolver a pendência da alteração 128 na composição da CONABIO. Apresentou sua preocupação em levar à Presidência da República, 129 em um curto espaço de tempo, duas alterações do decreto da CONABIO. A Sra. Márcia Chame e 130 os Srs. Aladim Gomes e Miguel Rodrigues se posicionaram a favor do encaminhamento do decreto de alteração da CONABIO. O Sr. Braulio Dias propôs que, se todos concordassem, seria 131 132 dado prosseguimento a alteração da composição e sugeriu que o assunto do Projeto de Lei seja 133 discutido e deliberado em outra Reunião da CONABIO. Em seguida, foi dada uma pausa para o 134 almoço. A Sra. Daniela Oliveira reabriu a Reunião às 14h30 e passou a palavra para o Sr. Paulino 135 Franco que fez um relato sobre Primeira Reunião do Comitê Intergovernamental para o Protocolo de 136 Nagoya sobre ABS, realizada de 6 a 10 de junho de 2011 em Montreal/Canadá. Primeiramente,

137 recordou que o protocolo do Nagoya é o Protocolo da Convenção de Diversidade biológica adotado em 138 29 de outubro de 2010 em Nagoya durante a COP 10 da Convenção de Biodiversidade. Lembrou 139 também que o Brasil assinou o protocolo e que está em processo de ratificação. Consta da decisão 140 que adota o protocolo de Nagoya, que seria estabelecido um Comitê Internacional do Protocolo de 141 Nagoya até que protocolo entrasse em vigor no plano internacional. Que seria estabelecido um 142 comitê intergovernamental temporário para implementação do protocolo de Nagoya. Informou que 143 a primeira reunião do chamado ICNP Comitê Intergovernamental para implementação do Protocolo 144 de Nagoya, ocorreu no Canadá em Montreal de 6 a 10 de junho. A Reunião foi mais de 145 procedimentos do que negociações substantivas. Faz-se necessário que 50 países ratifiquem o 146 Protocolo para que possa ocorrer a Primeira Reunião das Partes do Protocolo. Será importante que a 147 CONABIO possa apoiar quando o texto do Protocolo estiver no Congresso Nacional. Após 148 responder algumas perguntas, o Sr. Paulino Franco passou para o segundo informe a respeito dos 149 preparativos para a Primeira Reunião Plenária da Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e 150 Serviços dos Ecossistemas (IPBES), a ser realizada de 3 a 7 outubro de 2011, em Nairóbi/Quênia. 151 Ressaltou que é uma demanda antiga da comunidade científica e dos governos de criar, não 152 especificamente no âmbito da convenção de diversidade biológica, um organismo 153 intergovernamental voltado para a discussão, a troca de informações sobre aspectos científicos da 154 Biodiversidade. Disse que as negociações começaram em 2008, que quem tem voz e voto nessa 155 plataforma são os governos, que por sua vez são alimentados com informados dadas pela 156 comunidade científica. Esclareceu que o Brasil tem interesse e sempre insistiu no argumento de que 157 os aspectos de capacitação, de formação de Recursos Humanos para lidar com as questões de 158 Biodiversidade são um elemento fundamental para o funcionamento dessa plataforma. Informou 159 que espera-se que o Brasil possa convencer os outros países de que nós temos condições de acolher 160 o braço de capacitação dessa estrutura de IPBS. Finalizado o relato do Sr. Paulino Franco a Sra. 161 Daniela Oliveira, passou a palavra à Sra. Carla Lemos para iniciar o relato sobre a Reunião de 162 consulta ao setor privado no âmbito da iniciativa "Diálogos sobre Biodiversidade: construindo a 163 estratégia brasileira para 2020", realizada nos dias 3 e 4 de agosto, em Brasília/DF. Apresentou um 164 resumo do que o MMA pretende fazer este ano, até a Rio+20 com relação à atualização e à revisão 165 da Estratégia Nacional para Biodiversidade. Informou sobre o lançamento da Iniciativa no dia 08 do 166 abril, com a presença da Ministra Izabella e da Ministra Caroline do Meio Ambiente do Reino 167 Unido. Foram chamados os principais líderes dos setores para se engajarem nessa revisão e nessa 168 atualização da política. Disse que o Secretariado da CDB e o próprio Plano Estratégico 169 recomendam que todos os setores da sociedade estejam envolvidos tanto na elaboração quanto na 170 implementação. Abordou a estratégia de transformar o Plano Estratégico em um marco legal, lei ou

171 decreto. Citou as consultas que estão sendo realizadas, com os setores da sociedade, para obter as 172 Metas Brasileiras, as Metas Nacionais, e um Plano de Ação, que, na minuta do PL apresentado, 173 seria o Plano Nacional da Biodiversidade. Disse que a intenção é obter isso até a Rio+20. Em 174 seguida, apresentou um breve relato sobre a primeira Reunião que foi com o Setor Privado. 175 Informou que as próximas Reuniões serão com a Sociedade Civil, Setor Acadêmico, Povos 176 Indígenas, Comunidades Locais e Governo. Com relação a Reunião com o Setor Privado relatou 177 que contaram na mesa de abertura com a presença o Ministério do Meio Ambiente, por meio do 178 Secretário-Executivo Francisco Gaetani, mas também dos parceiros na iniciativa, em especial dos 179 parceiros que viabilizaram a organização, mobilização dos participantes dessa reunião específica do 180 setor privado. Citou a Beatriz do CEBDS - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento 181 Sustentável; a Vânia Rudge do MEB – Movimento Empresarial pela Conservação Sustentável da 182 Biodiversidade; o Dr. Shelley Carneiro, da CNI – Confederação Nacional das Indústrias, que, além 183 de um parceiro, foi também quem recepcionou a reunião e o Luiz Merico da IUCN/Brasil. Em 184 seguida à mesa de abertura, foram ministradas duas palestras. Uma sobre como a Biodiversidade 185 pode ser tratada, do ponto de vista de ações e o que nós precisamos fazer para, realmente, alcançar 186 as metas propostas. E uma palestra de caso da Petrobras, que mostra como a Petrobrás está 187 aplicando isso, como as metas são viabilizadas e implementadas dentro da empresa. Em seguida, 188 distribuiu e abordou a publicação "Metas de Situação Atual no Brasil". Informou que durante a 189 Reunião os participantes foram subdivididos em Grupos de Trabalho por Objetivo Estratégico. 190 Disse que o objetivo específico para essas reuniões setoriais, é conseguir elencar o maior número de 191 pensamentos e discussões com relação às metas brasileiras, Seja elas para 2020, 2013 ou 2017. 192 Explicou a metodologia de trabalho utilizada na Reunião. Disse que após a plenária houve alguns 193 encaminhamentos. Um deles foi a necessidade de realização de um segundo encontro do setor 194 visando um aprofundamento maior de algumas metas. Apresentou as datas das próximas reuniões e 195 finalizou seu relato. A Sra. Daniela Oliveira colocou o assunto em discussão e após isso solicitou 196 que a Sra. Carla Lemos fizesse o relato do Seminário Regional sobre Biodiversidade Amazônica: 197 Reunião Regional da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica - OTCA sobre as 198 Temáticas de Conservação, Proteção e Aproveitamento Sustentável dos Recursos Naturais 199 Renováveis, realizado nos dias 11 e 12 de julho de 2011, em Quito/Equador. A Sra. Carla Lemos 200 explicou que a Reunião da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica buscou reunir todos 201 os oito países que fazem parte dessa organização em torno dos temas prioritários da agenda da 202 OTCA, que são conservação, proteção e aproveitamento sustentável dos recursos naturais 203 renováveis. Essa reunião buscou chamar esses países para listarem as atividades dentro desse tema maior que poderiam ser factíveis a curto, a médio e a longo prazo. O objetivo estratégico maior 204

205 dessa reunião foi usar esse foro, a OTCA, como um mecanismo, instrumento de implementação das 206 Metas de Aichi. Esclareceu que quanto a Reunião seguinte que foi a reunião chamada pelo 207 Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica, ela teve um papel mais estratégico de 208 alavancar e impulsionar os países nessa implementação, nessa revisão da Estratégia Nacional de biodiversidade. Foram três dias de treinamento em como deveria ser esse novo pensar da Estratégia 209 210 de Biodiversidades. Disse que muitos países apresentaram as suas lições aprendidas para as metas 211 de 2010, e que o Brasil foi especialmente chamado para fazer a apresentação desse processo de 212 consulta aos setores na sua revisão e na sua atualização da estratégia, porque, segundo o próprio 213 Secretariado, é uma iniciativa inovadora dentro dessa área de revisão e atualização da estratégia. 214 Após as perguntas a Sra. Daniela Oliveira passou a palavra para a Sra. Marina Amaral, da equipe 215 de coordenação do PROBIO II, para fazer a apresentação "A integração da biodiversidade em 216 diversos setores: o papel do PROBIO II em promover a tranversalização desta temática por meio de 217 políticas públicas. A Sra. Marina Amaral explicou que o PROBIO II é um projeto nacional de 218 ações público privadas para biodiversidade. Citou alguns parceiros como a Fiocruz, MS, MCTI, 219 MAPA, ICMBIO, JBRJ. Explicou que o objetivo principal é de promover a transversalização da 220 biodiversidade em setores públicos e privados para que a conservação e o uso sustentável da 221 biodiversidade sejam incorporados no planejamento estratégico e nas práticas desses setores. 222 Informou que o PROBIO II quatro componentes. A parte de envolvimento do setor público está no 223 componente um e a do setor privado no componente dois, o componente três é referente ao segundo 224 objetivo fortalecimento da capacidade institucional para produzir e disseminar informações sobre a 225 biodiversidade, e o componente quatro é de coordenação e gerenciamento do projeto. Explicou o 226 arranjo institucional do PROBIO, e o acordo de doação entre o Banco Mundial, a Caixa Econômica 227 e o FUNBIO. Disse que o Comitê de Coordenação tem dois representantes de cada beneficiário e 228 que se reúne semestralmente para discutir as questões do projeto. Abordou com mais detalhes o 229 componente um, Transversalização da Biodiversidade em Setores Governamentais. Dentro desse 230 componente, o subcomponente 1.1 é o projeto de avaliação das dificuldades para integração da 231 biodiversidade nas política setoriais governamentais e a proposição de alternativas. Informou que o 232 objetivo desse Projeto é avaliar como as políticas públicas de diversos setores estão impactando a 233 biodiversidade e criar seminários para que possam ser levantadas alternativas e formular 234 documentos no final do processo que possam incorporar a biodiversidades nas políticas e práticas 235 daquele setor. Disse que esse subcomponente é composto de quatro etapas, a primeira de 236 consolidação da informação existente; a segunda de preparação de oficinas de trabalho onde vão ser 237 convidados todos os atores relevantes; a terceira de realização das oficinas e a quarta de 238 disseminação dos resultados da oficina. Como resultado da oficina, deverão sair recomendações

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

para políticas públicas e posteriormente a disseminação desses resultados. O subcomponente 1.2 são as ações setoriais com a incorporação da biodiversidade aplicadas em âmbito nacional. É a aplicação em campo de projetos piloto dessas recomendações das oficinas de trabalho. Como exemplo citou que o Departamento de florestas do MMA tem uma parte no PROBIO que é de extrativismo sustentável de recursos não madeireiros. Informou que os setores selecionados para serem trabalhados nesse projeto foram o setor pesqueiro, o agropecuário, o setor energético, saúde, recursos florestais e ciência e tecnologia. Finalizada a apresentação e a discussão o Sr. Paulino Franco sugeriu incluir na pauta da próxima Reunião um informe do MMA sobre a "Bolsa Verde". Chamou a atenção de que o site da CONABIO encontra-se desatualizado. A Sra. Daniela Oliveira explicou o motivo, mas disse que iria solicitar atualização do site. A Sra. . Ana Maria Giulietti parabenizou o MMA pela publicação do livro distribuído na Reunião: "Espécies Nativas da Flora Brasileira de Valor Econômico Atual e Potencial". O Sr. Kleber Santos solicitou informe sobre Câmaras Técnicas da CONABIO. O Sr. David Oren citou alguns trabalhos da Câmara Técnica Permanente de Coleções sob sua coordenação. A Sra. Márcia Chame sugeriu retomar os trabalhos da Câmara Técnica Permanente de Espécies Exóticas Invasoras. O Sr. Miguel Rodrigues perguntou sobre os resultados da Câmara Técnica de Ecossistemas de Montanha. A Sra. Daniela Oliveira propôs que o assunto das Câmaras Técnicas fossem levantados e tratados numa próxima reunião, agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião às 17h00. Eu, Gláucia Zerbini, por solicitação do Presidente lavrei a presente ATA.